

TERRAS

No princípio, as terras eram todas de Deus. Depois um governo deu uma imensa concessão neste Norte do Paraná. Depois veio a revolução de 30, e a concessão foi anulada. Para firmar bem essa anulação, o governo do falecido Manuel Ribas animou muitas famílias a tomar posse da terra, mas nunca chegou a dar título definitivo a esses posseiros. De resto essa matéria no fim do mundo não interessava muito a ninguém; foi necessário um grande empreendimento capitalista anglo-brasileiro, a Companhia de Terras, para valorizar, com estradas e com organização, não apenas seus 515 mil alqueires como toda a zona. A valorização do café trouxe um impulso novo ao desbravamento. Então as terras passaram a ser todas do Diabo.

Havia os posseiros. O governo Lúpion, em sua fase final, fez no Departamento de Geografia, Terras e Colonização, uma verdadeira orgia. O patrimônio territorial do Estado foi liquidado com alta velocidade, a preços baixos, os títulos expedidos com redução de todos os prazos, quartos de hotel eram transformados em repartições do Departamento funcionando dia e noite, os requerimentos despachados eram vendidos aos montes por intermediários amigos, títulos definitivos eram dados em duplicata e triplicata — e a orgia foi tão louca, no final, que o Estado vendeu mais 130 mil alqueires do que possuía... E a pressa do negócio foi tão grande, e tamanha a barafunda, que um funcionário do Departamento perdeu uma letra de câmbio de 500 contos que lhe dera um magnata das terras devolutas — letra que foi encontrada mais tarde no assoalho da repartição.

A primeira coisa que o governo Munhoz teve de fazer foi mandar fechar as portas do Departamento de Terras, remover seu pessoal, dispensar os serviços dos engenheiros e agrimensores implicados, paralisar as Inspetorias do Norte, proibir a ocupação de terras e suspender as ordens de locação. Feito isso, tratou de por em ordem tudo o que não estava irremediavelmente perdido e a sanar todos os escândalos que não estavam juridicamente perfeitos e acabados.

Uma Comissão de Terras começou a examinar os casos. Homens que trabalhavam efetivamente a terra, sem entretanto possuir qualquer documento, eram convidados a dar o fora por cavalheiros que apresentavam títulos de propriedade perfeitamente em ordem. Nada mais justo que a revolta desses posseiros de boa fé — alguns com até 8 anos de trabalho. A Justiça, entretanto, daria ganho de causa aos proprietários. O remédio foi promover um acordo: a Comissão fez com que os detentores dos títulos de propriedade indenizassem os posseiros pelo trabalho que tinham feito — e o Estado lhes garantiu novas terras nas zonas em que os processos puderam ser paralisados e anulados.

Além dos posseiros legítimos, apareceram os intrusos, os falsos posseiros: às vezes o mesmo caboclo (ingenuidade por algum espertalhão) aparecia como posseiro de vários lotes em zonas diversas, apenas para negociar seus "direitos". Isso aumentou a confusão; a exploração política, feita a princípio pelos partidos burgueses, depois pelos comunistas, agravou tudo.

Afinal, uma lei, em outubro do ano passado, reabriu os trabalhos do Departamento, reduziu a 250 hectares a área de cada requerente, assegurou o direito dos posseiros com moradia efetiva e cultura habitual, proibiu a ocupação de terras devolutas e determinou o levantamento das concessões e títulos expedidos para saber quais os casos passíveis de anulação.

Violências policiais e particulares, vinditas e sangue, tudo passou. Ficou apenas a amargura dos sacrificados sem remédio — e ficou o nome desta agora tão pacata Porecatú como terra de drama. Bem ou mal, o governo Munhoz já conseguiu descascar o mais horrível abacaxi que recebeu de herança. "Cuidei de defender os pobres — diz o Governador em um discurso — porque os ricos, esses sabem se defender muito bem."

25. 7. 52

R.B.

(2 Rep. Paraná)